

### Critérios de Pesquisa:

**Período:** 01/10/2021 a 31/10/2021

**Indexação:** "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/12

---

116.2021	Sessão Comissão Geral	05/10/2021-12:56
Publ.: DCD - 10/6/2021 -	LEONARDO MONTEIRO-PT -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

---

### *Sumário*

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19. Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Reajuste nos preços de combustíveis, de alimentos e do gás de cozinha. Abertura de empresa offshore em paraíso fiscal pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes.

---

**O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG)** - Presidente da Câmara neste momento, Deputado Roberto de Lucena, eu quero parabenizá-lo e cumprimentá-lo por esta audiência pública importante para discutir e enfrentar neste momento o tema da fome, que é um problema que hoje repercute em todo o nosso País e no mundo inteiro. Nosso País tinha saído do Mapa da Fome, mas voltou a ele. Grande parte da população do nosso País está passando fome. Nós estamos em Brasília. Aqui raramente se via uma pessoa à toa. Hoje nós vemos, no Plano Piloto, acampamento com várias pessoas mendigando e passando fome.

Foi graças às políticas implementadas em 2003, quando o Lula teve coragem, no discurso de posse, de falar para a Nação e para o mundo inteiro que iria acabar com a fome no País, que era importante as pessoas terem, no mínimo, três refeições diárias, que saímos do Mapa da Fome. Isso aconteceu graças às políticas públicas importantes que o Presidente Lula implementou. Ele criou o Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome. Através do Ministério, que tinha orçamento, recursos, foram implementadas várias políticas públicas importantes no nosso País, além da política que instituiu, criou no nosso País o Estado de bem-estar social e do próprio investimento nas políticas de assistência social no nosso País.

Então, nós podemos dizer que nós havíamos virado essa página da fome, mas, hoje, graças às políticas do Presidente Bolsonaro, que veio e anunciou que ia desmontar tudo que estava montado, nosso País volta ao Mapa da Fome, com as pessoas mendigando. Cada dia mais, volta a política de carestia ao nosso País, graças à dolarização do

petróleo. O gás sobe todo dia, o feijão, o arroz, a gasolina, o óleo de cozinha, enfim, e nós estamos vendo o Ministro Paulo Guedes aplicando os recursos que tem em *offshores*, em paraísos fiscais que estão em outros países, porque lá ele não tem que pagar imposto, enquanto nós, aqui no Brasil, os empresários, aqui no País, temos que pagar impostos.

É muito bonito o Ministro Paulo Guedes às vezes falar que tem que fazer reforma tributária para taxar lucros e dividendos. Nós queremos taxar lucros e dividendos, mas por que o Ministro Paulo Guedes pode aplicar o seu dinheiro lá no exterior e não pagar taxas sobre dividendos? Por que, Sr. Ministro, que hoje está ganhando de 14 mil a 15 mil reais por dia com aplicação lá fora, no paraíso fiscal? Se nós multiplicarmos isso pelos mil dias do Governo Bolsonaro, é muito dinheiro com que o Paulo Guedes está se enriquecendo.

Ele, que é Ministro, que exerce uma função pública, teria que estar sujeito ao código de conduta de ética pública. Por isso, aprovamos hoje, aqui em Brasília, na Comissão de Trabalho, a convocação do Ministro Paulo Guedes, para ele poder justificar o que está fazendo com este País. Ele está se enriquecendo, contribuindo para outros Ministros também se enriquecerem, para o Presidente do Banco Central enriquecer e, enquanto isso, a população está empobrecendo e a fome aumentando.

Como disse aqui um Deputado que me antecedeu: a fome não é por acaso, a fome é provocada por este Governo Bolsonaro, que está aí com esses Ministros irresponsáveis, que estão saqueando o nosso País e enriquecendo de forma ilícita. Por isso, eu quero aqui parabenizar esta Comissão Geral, num momento muito oportuno, pela discussão desse tema que é a fome. Nós temos que combatê-la. Por isso, defendo que voltemos a constituir em nosso País o Estado de bem-estar social. Para isso, no ano que vem será muito importante nós fazermos esse debate. Nós começamos neste ano, e já o estamos fazendo aqui, nesta sessão da Câmara dos Deputados.

Por isso, eu quero parabenizar V.Exa. e dizer da minha satisfação por este debate tão importante do tema da fome em nosso País.

Fora, Bolsonaro!

---

Documento 2/12

---

118.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 06/10/2021-15:36
Publ.: DCD	- KIM KATAGUIRI-DEM -SP	
10/7/2021 -		
CÂMARA	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE

---

### *Sumário*

Encaminhamento da votação do Requerimento nº 1.943, de 2021, de convocação do Ministro da Economia, Paulo Guedes, para esclarecimento da manutenção de empresas offshore no exterior.

---

**O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP.** Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para além da hipocrisia de o Ministro da Economia propor taxar lucros e dividendos e tirar todo o dinheiro dele dessa taxação nacional, para além da hipocrisia de ontem o Secretário da Receita falar em CPMF pegar bitcoin, *cashback* e milhas -- vejam só vocês que estão nos assistindo --, a Secretaria Especial da Receita está preparando tributação até de milhas de avião! Imaginem até onde vai chegar a tributação proposta pelo Ministério da Economia, enquanto o Ministro não paga tributação nacional alguma e manda tudo para cá, tudo para as nossas costas!

Eu escuto o Líder do Governo dizer que vai ter carnaval, vai ter praia, vai voltar a ter festa. Mas não sei para quem. O pessoal está comendo osso! A inflação está batendo recorde de 10% desde o início do Plano Real! O IGPM está batendo 30%! A miséria está aumentando! A desigualdade social está aumentando!

Enquanto isso, o Ministro Paulo Guedes não só manteve uma *offshore* de maneira ilegal, incompatível com a Lei de Conflito de Interesses, porque ele não pode ter investimento sobre o qual o seu cargo público tem influência, como também -- esta foi uma das primeiras medidas do Ministro Paulo Guedes no Conselho Monetário Nacional -- aumentou o limite para que a *offshore* não precise ser declarada anualmente. Aumentou esse limite de 100 mil dólares para 1 milhão de dólares. Isso é atuação em causa própria diretamente, senhoras e senhores! Uma das primeiras medidas do Ministro Paulo Guedes no Conselho Monetário Nacional foi aumentar o limite de *offshore* anual de 100 mil dólares para 1 milhão de dólares!

E, mais do que isso, publicamente o Ministro Paulo Guedes retirou da reforma tributária, do aumento de impostos que ele mandou para o plenário desta Casa, as *offshores*. Existem vídeos dele defendendo essa retirada! Existem vídeos dele defendendo essa retirada! As provas estão colocadas, senhoras e senhores! Nós estamos falando, sim, de um esquema criminoso de uso de cargo público para enriquecimento ilícito pessoal!

Isso é infração do código de conduta do alto funcionalismo! Isso é infração da Lei de Conflito de Interesses! Isso é advocacia

administrativa! Estamos falando de um sujeito que utilizou o próprio cargo público para mudar a resolução do CMN em benefício próprio, que utilizou cargo público para tirar trechos da reforma em benefício próprio. E isso está gravado!

Convocamos o Ministro Paulo Guedes para vir à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Convocamos o Ministro para vir à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. E agora até peço para subscrever este pedido em plenário para que nós também questionemos o Ministro aqui dentro do Congresso Nacional. Esperamos que ele venha à Câmara dos Deputados antes de ir ao Senado, porque ele deve, sim, explicações à população brasileira do porquê ele só joga tributação nas nossas costas, aumento de IOF nas nossas costas, aumento de impostos nas nossas costas, enquanto para ele é paraíso fiscal, beneficiando-se da desvalorização do real.

---

Documento 3/12

---

118.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 06/10/2021 - CD	16:04
Publ.: DCD - 10/7/2021 - ALEX MANENTE-CIDADANIA -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa de aprovação do Requerimento nº 1.943, de 2021, de convocação do Ministro da Economia, Paulo Guedes, para esclarecimento da manutenção de empresas offshore no exterior.

---

**O SR. ALEX MANENTE** (CIDADANIA - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esse é um requerimento extremamente importante para a Casa e para o País.

Primeiro, nós temos que contextualizar o momento em que vive nosso País, um momento extremamente grave. A desvalorização da nossa moeda faz com que muitos setores da economia tenham dificuldade para sobreviver, o que gera possibilidades para pouquíssimos, que ganham com a exportação. Do outro lado, a maioria da população fica num estado de necessidade. É a isso que assistimos em todo o País. A alta do dólar é perigosíssima para nossa economia, e, infelizmente, hoje nós vemos o dólar ultrapassar 5,50 reais.

Vamos falar sobre a convocação do Ministro da Economia, Paulo Guedes. É extremamente importante que ele seja convocado a esta Casa para nos explicar, primeiro, sobre as contas *offshore* que ele tem no exterior. Aliás, isso quebra o código de conduta da alta

administração, pois é proibido aplicação financeira no exterior - em qualquer governo, com qualquer Ministro do alto comando do Governo -, havendo a obrigação de transformar contas de fora em *trust*, para não ter nenhum benefício enquanto comanda algum setor do Governo, especialmente a economia.

Há outra questão importante. Nós do Cidadania votamos contra a reforma do Imposto de Renda. Nesta reforma, concedeu-se um benefício às empresas *offshore* em nosso País, que tiveram uma taxa ínfima para trazer dinheiro para cá, isso sem tributação. Infelizmente, esta Casa aprovou isso. Hoje nós estamos assistindo a algo que pode ser escandaloso - ainda não é, mas pode se tornar -, quando detalharmos as contas no exterior, como elas são movimentadas e os benefícios que foram gerados, baseados no cargo de Ministro da Economia, o que é algo gravíssimo.

É preciso que se investigue alguém que, responsável por cuidar da nossa moeda e por valorizar nossa moeda, tem investimentos que continuam gerando renda numa moeda estrangeira e muito mais lucro do que se nossa moeda estivesse estabilizada. Por isso, é necessário que o Ministro venha aqui para se explicar.

Ele tem dito para alguns que tinha este dinheiro, que se tratava de uma obrigação fora do País, em *offshore*. Ele pode ter dito isso de boca. Se ele tiver algum documento, que o apresente. Senão, nós estamos diante de um caso gravíssimo de benefício pessoal no Ministério mais importante para o País, Ministério que cuida da nossa moeda, que está desvalorizada e que, infelizmente, não tem mais poder de compra algum. Aliás, hoje o auxílio emergencial não é suficiente para comprar nem sequer um botijão de gás.

Nós estamos diante de uma situação grave. O mais importante é que, na reforma votada nesta Casa, a qual fomos contra, registro, havia todos os benefícios para quem tem *offshore* em paraísos fiscais, benefícios que foram estabelecidos pela legislação diante da anuência e das falas do Ministro Paulo Guedes, que hoje certamente será convocado a aqui comparecer.

Muito obrigado.

---

Documento 4/12

---

118.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 06/10/2021- CD	16:20
Publ.: DCD - 10/7/2021 -	MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS	
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### **Sumário**

Orientação de bancada na votação do Requerimento nº 1.943, de 2021, de convocação do Ministro da Economia, Paulo Guedes, para esclarecimento da manutenção de empresas offshore no exterior.

---

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero iniciar agradecendo ao meu Líder de bancada, o Deputado Paulo Ganime, a oportunidade de fazer a defesa do nosso posicionamento.

Começo lembrando que, desde o primeiro dia de mandato, nós da bancada do NOVO sempre fomos, somos e continuaremos sendo independentes. Assim como o Ministro Paulo Guedes, que tem formação liberal, nós da bancada também somos liberais, e liberais convictos, o que fez com que, no início do Governo Bolsonaro, nós apoiássemos a maior parte das propostas na área econômica apresentadas, uma vez que elas estavam alinhadas com o que nós sempre defendemos, como a reforma da Previdência.

Mais recentemente, nós temos sido bastante críticos em relação aos rumos deste Governo no que diz respeito a medidas provisórias aprovadas nesta Casa, como a que tratou da privatização da ELETROBRAS, que ficou longe daquilo que estava sendo proposto no início, e a proposta de reforma tributária, à qual nós nos opusemos. Nós votamos contrariamente a esta proposição porque ela aumentava a arrecadação. Agora ela está em discussão no Senado Federal, e nós temos muito receio de que ela também vá aumentar a sonegação e trazer uma série de outros problemas que não estavam previstos no sistema tributário.

O fato é que nós temos nos portado de forma absolutamente independente e coerente com a liberdade que nos cabe. Por isso, nós temos a tranquilidade de dizer que, neste momento, estamos votando contrariamente à convocação do Ministro Paulo Guedes, assim como já votamos favoravelmente à retirada de pauta desta convocação, porque nós entendemos que duas Comissões desta Casa já aprovaram a convocação do Ministro.

Existe uma série de outras pautas, como a da reforma administrativa, que precisam ser discutidas neste plenário. Aparentemente, pelas orientações vistas no painel, a maioria dos partidos e dos Parlamentares entende que este assunto não é prioridade. A prioridade é trazer o Ministro Paulo Guedes aqui para dar mais explicações do que ele já vai poder dar nas Comissões e, o que é pior, para tratar de um assunto, ao que tudo indica, já resolvido.

Não se pode criminalizar a existência de contas no exterior. Eu mesmo,

como ex-estudante de universidades no exterior, tive e mantenho contas no exterior perfeitamente declaradas. Todos podem vê-las nas minhas declarações.

O Ministro Paulo Guedes, assim como outros detentores de autoridade pública, deve seguir aquilo que diz a Lei nº 12.813, de 2013, e também o Código de Conduta da Alta Administração. No art. 5º deste código, há a vedação do uso de informações privilegiadas para a obtenção de vantagens em investimentos no Brasil ou no exterior.

Ocorre que o Ministro deixou claro, quando assumiu o Ministério, que já existiam essas contas e, como está se veiculando, não houve a movimentação delas, ou seja, não há nada que entre em conflito com aquilo que, ao menos em tese, dizem as regulamentações.

No entanto, ademais do mérito, é, sim - não tapemos o sol com a peneira -, importante ser discutido. Por isso mesmo, repito, em duas Comissões, na CTASP e na CFFC, com meu voto, já foram aprovadas convocações do Ministro, e me parece, Sr. Presidente e colegas Deputados, que já há um substituto em vista para o Ministro Paulo Guedes. Aliás, causa estranheza que o Centrão todo esteja orientando favoravelmente a esta convocação e que o Ministro desconhecêsse, até poucos minutos atrás, que esta convocação estava sendo aprovada com o apoio da base do Governo. Será este um instrumento para trazer mais instabilidade? Já há um novo nome proposto? Será o de alguém que trará, talvez, mais benesses para aqueles que querem estar próximos do poder e instabilidade fiscal, e assim por diante?

Nós estamos discordando muito dos rumos de várias iniciativas da Pasta econômica, mas não podemos compactuar com uma convocação que parece claramente exceder o próprio mérito e as próprias motivações que devem mover Deputados e Deputadas.

Por isso, Sr. Presidente, nós orientamos contrariamente, esperando que o Ministro dê todos os esclarecimentos que porventura ainda lhe caiba fazer nas respectivas Comissões onde sua convocação já foi feita, mas que esta Casa trabalhe incessantemente pelas reformas.

Obrigado.

---

Documento 5/12

---

120.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/10/2021- CD	19:32
Publ.: DCD - 10/14/2021 - ALEXIS FONTEYNE-NOVO -SP		
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

## **Sumário**

Discussão do Projeto de Lei Complementar nº 11, de 2020, relativo à alteração da sistemática de cobrança do ICMS incidente sobre combustíveis.

---

**O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP.** Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esse tema tem sido muito polêmico nos últimos meses no Brasil, em função da pressão dos preços mundiais das *commodities*.

É óbvio que o imposto, se é uma porcentagem do valor do combustível, da matéria-prima, aumenta conforme vai sendo reajustado o preço nas refinarias. A ideia do projeto é tentar fixar, por unidade, uma das partes que compõem o preço da gasolina e do gás - chama-se *ad rem*. Pode parecer uma boa ideia, porque teria que se pegar a média dos últimos anos e imediatamente se diminuiria o preço da gasolina. Mas, no fundo, isso não resolveria o problema e talvez trouxesse um problema futuro maior. Hoje nós estamos trabalhando no pico do preço dos combustíveis, mas esse pico pode voltar atrás, como já aconteceu no passado. E o mesmo valor fixo que impede o crescimento exponencial do preço da gasolina é o que impede a sua redução. Se houver uma redução no valor das *commodities*, o que vai haver é um aumento muito forte do ICMS em relação ao preço da gasolina.

Nós somos a favor da monofasia, mas não da substituição tributária, que é uma invenção brasileira muito ruim, baseada em presunções e na margem de valor agregado. Seria preciso toda uma estrutura para ir levantando os preços dos combustíveis. E, muitas vezes, haveria judicialização, porque há uma diferença entre o que de fato o Governo acha que é o preço de venda e o que está acontecendo nos postos de gasolina. Mas a monofasia é importante, porque faz com que as refinarias, por um preço fixo, seja por uma porcentagem fixa, seja pelo combustível fixo, recolham para toda a cadeia, evitando o maior dos males, que é o mercado paralelo, o mercado negro de combustível, aqueles que sonégam violentamente, uma vez que a carga é muito alta em cima dos combustíveis.

Então, a nossa ideia de solução, Presidente, envolve, primeiro, uma reforma tributária ampla, e não esses puxadinhos, e, segundo, a privatização da PETROBRAS, um aumento grande da oferta de combustíveis e uma pressão sobre a PETROBRAS para que tenha um preço de mercado. Assim, seria possível entregar produtos a menores preços rapidamente para os consumidores.

Há uma distorção total. O Partido Novo vai votar contra esse projeto de lei complementar, porque entende que, da forma como está, é mais um daqueles puxadinhos que vai criar mais distorções e empurrar para frente, com a barriga, um problema que tem que ser resolvido

imediatamente.

Obrigado, Presidente.

---

Documento 6/12

---

120.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/10/2021- CD	19:44
Publ.: DCD - 10/14/2021 - MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Discussão do Projeto de Lei Complementar nº 11, de 2020, relativo à alteração da sistemática de cobrança do ICMS incidente sobre combustíveis.

---

**O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.)**  
- Exmo. Sr. Presidente, colegas Parlamentares e todos os que nos assistem, este projeto de lei visa tratar da questão dos aumentos sucessivos no preço dos combustíveis. De fato, nós vivemos uma situação péssima, no Brasil e no mundo, com uma inflação que está afetando o preço dos combustíveis e também em virtude da política de preços da PETROBRAS. No entanto, entendemos que este PLP não é a medida correta para combater esse mal.

Primeiro, precisamos lembrar que a política de preços, ou melhor, a política de impostos relacionada a comércio e serviços é feita pelos Estados, e nós estamos, assim, interferindo na Federação. Nós precisamos tratar, como bem disse o nosso colega Deputado Alexis Fonteyne, de uma reforma tributária que traga mais segurança jurídica para todos no País e que não agrave a situação, o que, infelizmente, a última proposta de reforma tributária aprovada nesta Câmara acabou fazendo.

Nós também entendemos, Sr. Presidente, em linha com o que V.Exa. disse hoje, que a PETROBRAS precisa enfrentar a discussão da privatização e da abertura de mercado. Nesse ponto V.Exa. foi muito feliz.

As ações da PETROBRAS, como bem mostram inclusive meios de comunicação, avançaram após a fala do Presidente Arthur Lira, em que mencionou uma hipotética privatização da empresa. O que nós precisamos é abrir o mercado do País, privatizar a empresa, abrir o mercado, dar condições para que novos *players* nacionais e estrangeiros possam atuar no Brasil, para reduzir o preço dos combustíveis, para reduzir o preço do gás, enfim, para fazer com que,

por meio da concorrência, por meio da abertura de mercado e também por meio da privatização, tenhamos uma redução no valor dos combustíveis.

Nós somos contrários, portanto, a este PLP, não porque, obviamente, sejamos favoráveis ao valor cobrado, na bomba, do consumidor, pelo *diesel*, pela gasolina e também ao preço do gás, mas, pelo contrário, porque isto será no máximo paliativo, não resolverá a questão.

Aliás, nós estamos longe de defender a política de preços do Rio Grande do Sul, por exemplo, onde temos um dos ICMS mais altos. Contra o voto do NOVO, ele foi prorrogado pelo Governador Eduardo Leite. O PT inclusive ajudou naquela prorrogação lá, Deputado Bohn Gass. Lá está muito caro por causa do ICMS, mas não é desta forma que nós vamos resolver.

---

Documento 7/12

---

120.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/10/2021- CD 21:28	
Publ.: DCD - 10/14/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 7, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 11, de 2020, relativo à alteração da sistemática de cobrança do ICMS incidente sobre combustíveis. Empenho do PSOL na realização de reforma tributária com ênfase na taxação de grandes fortunas.

---

**A SRA. TALÍRIA PETRONE** (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL vota "sim" ao destaque do PT. Na verdade, estamos tentando minimizar a perda que os Estados terão.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para trazer esse tema a esta Casa. Que bom que agora muitos estão discutindo a necessidade de rever a questão do tributo sobre o consumo. Não à toa, o PSOL há muito tempo fala nesta Casa sobre a importância de fazermos uma reforma tributária que taxe os mais ricos, que tribute os mais ricos, que retire dos pequenos, portanto que reveja a tributação sobre o consumo.

Nesse caso é importante dizer que, além da matéria não incidir de verdade sobre o preço dos combustíveis, ela tira dos Estados parte do ICMS, sendo que 25% vão para a educação, um percentual importante

vai para saúde. Por que não revemos, inclusive, os tributos federais que poderiam diminuir o valor...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 8/12

---

120.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/10/2021- CD	22:24
Publ.: DCD - 10/14/2021 - GENERAL PTERNELLI-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 9, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 11, de 2020, relativo à alteração da sistemática de cobrança do ICMS incidente sobre combustíveis. Importância de aprovação da Emenda Substitutiva nº 20, de 2019, acerca da criação do imposto único nacional sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, apresentada pelo orador à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, referente à reformulação do Sistema Tributário Nacional.

---

**O SR. GENERAL PTERNELLI** (PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSL, o bloco, a Maioria e o Governo já ressaltaram o excelente trabalho do Relator e, portanto, orientam "não".

Eu não poderia, depois de ouvir a fala do Deputado Marcel sobre a burocracia e os problemas que nós temos, deixar de voltar a falar na Emenda Substitutiva nº 20, nesses 30 segundos, que prevê que a transação financeira de 2,5% permite acabar com a nota fiscal, que 30% do dinheiro serão distribuídos para a União, Estados e Municípios, e 10% para as desigualdades, e em compras acima de mil reais, só eletrônica, acabando com os recursos de nota grande.

Veja V.Exa. que, em 10 segundos, nós propomos uma reforma tributária. É a solução. Emenda Substitutiva nº 20, imposto único.

---

Documento 9/12

---

92.2021.B	Sessão Outro Evento	14/10/2021-09:08
Publ.: DCD - 10/15/2021 - CHARLES FERNANDES-PSD -BA		

---

### *Sumário*

Aprovação, pela Casa, do Projeto de Lei Complementar nº 11, de 2020, sobre a alteração da sistemática de cobrança do ICMS incidente sobre combustíveis. Elevação dos preços dos componentes da cesta básica, do gás de cozinha, de combustíveis, e das tarifas de água e energia elétrica no País. Realização de ampla reforma tributária. Imediata adoção de medidas governamentais a favor do povo brasileiro.

---

**O SR. CHARLES FERNANDES (PSD - BA. Sem revisão do orador.) -**  
Bom dia, nobre Presidente Eduardo Bismarck, Sras. e Srs. Deputados.

A Câmara dos Deputados, com nosso voto favorável, aprovou ontem mais uma medida que pode contribuir para a queda do preço dos combustíveis, ao fixar um valor para a cobrança do ICMS. Acredito que o debate encaminhado pelos Deputados, somado ao projeto que institui o vale-gás para as pessoas mais vulneráveis do nosso País, mostra a necessidade de o Governo Federal e a PETROBRAS fazerem sua parte, porque a situação já chegou ao limite.

Aqui no interior da Bahia, já se veem pessoas usando lenha para cozinhar - agora, estamos voltando à época das cavernas, Deputada Lídice da Mata. As pessoas têm usado lenha para cozinhar! Os carros estão parados na garagem, porque não há como suportar o que nós estamos passando no nosso País. O preço dos combustíveis está absurdo. O preço da cesta básica disparou, assim como o das tarifas de energia e de água. O povo está sem condições!

Neste contexto, o Presidente Arthur Lira precisa e pode liderar uma ampla reforma tributária neste nosso País, já que os impostos sempre foram os vilões, na medida em que influenciam, e muito, os preços hoje no Brasil. Nosso povo quer soluções imediatas, e cabe ao Governo tomar as providências necessárias para isso. Nós vemos os dias passar, e o povo, repito, sem condições de locomoção.

Aqui na zona rural do nosso interior da Bahia, cada um, em passado muito curto, tinha um carro para se deslocar da comunidade e ir à cidade nos dias de feira. Hoje estamos voltando à época em que as pessoas pegam carona na camioneta de quem ainda tem uma para se deslocarem até às feiras da nossa cidade.

Vejam a situação a que estamos chegando! Vejam a situação a que o povo mais vulnerável do nosso País está chegando! Eu tenho deparado constantemente com pessoas que estão cozinhando, repito,

à lenha. Nós estamos voltando aos tempos de país de terceiro mundo.

É preciso, urgentemente, tomar decisões mais fortes para ajudar as pessoas neste momento. É lamentável precisar dizer isto aqui.

Sr. Presidente, peço a divulgação deste pronunciamento pelos meios de comunicação desta Casa, especialmente pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

---

Documento 10/12

---

92.2021.B	Sessão Outro Evento	14/10/2021-10:00
Publ.: DCD - 10/15/2021 - GENERAL GIRÃO-PSL -RN		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Repúdio ao discurso de ódio de Oposição. Revisão da sistemática de recolhimento do ICMS incidente sobre os setores de confecção e combustível. Realização da reforma tributária.

---

**O SR. GENERAL GIRÃO** (PSL - RN. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Bom dia!

**O SR. GENERAL GIRÃO** (PSL - RN) - Meu nobre amigo, saudações alencarinas! Eu gostaria que o nosso pronunciamento fosse divulgado em todos os meios de comunicação da Casa.

Eu queria dizer aos senhores que é muito importante lutarmos contra esse discurso de ódio que a Oposição teima em continuar fazendo. Nós não podemos mais continuar desse jeito. Eu gostaria de puxar uma pauta positiva.

Ontem, briosamente, nós começamos a dar uma uniformidade nessa desigualdade que existe no Brasil como um todo, em relação à cobrança do ICMS. Eu fico muito triste quando saímos daqui do Rio Grande do Norte, rodamos pela Paraíba e pelo Ceará e vemos que o ICMS cobrado nestes dois Estados, principalmente o ICMS do combustível, é muito mais barato, muito mais baixo do que o ICMS cobrado aqui no Rio Grande do Norte. Portanto, a Câmara dos

Deputados e o Senado Federal têm, sim, que fazer o seu papel.

E não é só o ICMS dos combustíveis, não. Temos visitado muito as pessoas que produzem aqui, que potiguarizam aqui no Estado do Rio Grande do Norte. Entre esse pessoal, eu gostaria de citar as oficinas de costura, as empresas de confecção. Do mesmo jeito que se sofre na cobrança do ICMS dos combustíveis, eles também sofrem com a grande desigualdade na cobrança do ICMS para a costura. Falo, por exemplo, da cobrança do ICMS quando se tem que comprar uma máquina fora do Estado e trazê-la para cá. O empresário está sempre pagando!

Portanto, nós precisamos, sim, dar vazão a esse projeto do nosso Ministro Paulo Guedes, que briosamente o puxou. Vamos fazer essa reforma tributária! Precisamos fazer isso, para que o Brasil possa ser mais justo em relação aos Estados. Se no passado o Sul e o Sudeste se desenvolveram com cobranças de impostos muito mais baixas, estimulando a produção nessas regiões do Brasil, está na hora de o Nordeste também ser o grande polo desenvolvimentista do nosso País, e não somente na produção de alimentos, mas também na produção industrial. As melhores costureiras do Brasil, as melhores bordadeiras do Brasil estão onde? Estão no Nordeste brasileiro, especialmente aqui no Rio Grande do Norte e no Ceará.

E é disto que nós precisamos. O Brasil não pode parar, o Brasil tem que crescer fazendo o que sabe fazer de melhor. Então, se há condição de se fazer máquina pesada no Sul e no Sudeste, que essas máquinas cheguem aqui em condições de os nossos empresários da costura poderem competir realmente. Muitas empresas lá de fora compram a produção inteira de algumas oficinas de costura daqui, porque o produto é bem-feito e a mão de obra é barata. E nós temos que valorizar essa mão de obra e o empresário que está aqui.

Portanto, meus caros colegas, temos sim que dar vazão a essa reforma tributária o quanto antes, para podermos, com isso, facilitar que o Brasil acelere cada vez mais, saindo desta pandemia.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Que Deus continue nos protegendo! Vamos tomar medicação imediata, conforme o médico recomendar!

Um forte abraço!

---

Documento 11/12

---

125.2021	Sessão Comissão Geral	26/10/2021-11:36
Publ.: DCD - 10/27/2021 -	ARNALDO JARDIM-CIDADANIA -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

---

### *Sumário*

Debate de estratégias e ações do Governo brasileiro na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 26, em Glasgow, Escócia. Imediata votação pela Casa do Projeto de Lei nº 528, de 2021, sobre a regulamentação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões - MBRE, determinado pela Política Nacional de Mudança do Clima.

---

**O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP)** - Sr. Presidente Zé Vitor, ao saudar V.Exa., quero saudar todos os Parlamentares que participam deste evento, uma ocasião nobre em que o Parlamento debate uma orientação, uma postura com relação à COP 26, tão relevante para o futuro do planeta. E nós todos achamos que o compromisso com o combate às mudanças climáticas e as ações necessárias para conter a emissão de gás de efeito estufa são medidas tardias e absolutamente necessárias.

Eu quero destacar, Deputado Zé Vitor, diante da presença do Deputado Nilto Tatto, do Deputado Padre João, do Deputado Marcelo Ramos, da Deputada Joenia Wapichana e de vários Parlamentares que aqui estão - desculpem-me por não nominar a todos --, um momento importante que teve esta Casa quando conseguimos aprovar o pagamento por serviços ambientais. E temos diligenciado para que isso seja o mais rapidamente possível regulamentado e implementado.

Coerentemente com essa boa iniciativa, queremos manifestar que ontem nós fizemos um encontro da Frente Parlamentar da Economia Verde e contamos com 27 entidades representativas presentes. Eu tenho a responsabilidade de coordenar o trabalho nessa Frente, que já teve como Líder o Deputado Mendes Thame, o primeiro a propor um projeto de taxa de carbono. Depois, o Deputado Luiz Carlos Hauly propôs uma reforma tributária com o compromisso com a sustentabilidade.

Por unanimidade, após um profundo debate com o Deputado Marcelo Ramos, estamos entregando a V.Exa., que neste instante representa a Casa e os Parlamentares que aqui estão, o nosso manifesto em defesa do Projeto de Lei nº 528, de 2021, pedindo a urgente votação dele.

Levantei esse assunto sob forma de questão de ordem e peço desculpas às entidades que ouviremos, mas o fiz pela relevância.

O apelo é ao Presidente Arthur Lira -- S.Exa. tem manifestado simpatia por essa tese -, para que possamos, ainda nesta semana, pautar o PL 528 e sobre ele deliberar. Inclusive esperamos que isso possa ser algo apresentado como uma contribuição do País à COP 26. O apelo é pela votação imediata e deliberação no plenário do PL 528, de autoria do

Deputado Marcelo Ramos.

Muito obrigado, Presidente.

---

Documento 12/12

---

128.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 28/10/2021-  
CD 15:56

Publ.: DCD - 10/29/2021 - GENERAL PETERNELLI-PSL -SP

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER  
DISCURSO

---

### ***Sumário***

Transcurso do Dia do Servidor Público. Relevância do papel desenvolvido pelo funcionalismo. Congratulações aos Deputados Bibó Nunes e Antonio Brito pela apresentação do Projeto de Lei Complementar nº 134, de 2019, acerca da certificação de entidades beneficentes e regulação dos procedimentos relativos à imunidade de contribuições à seguridade social. Defesa da criação de imposto único sobre movimentações financeiras.

---

**O SR. GENERAL PETERNELLI** (PSL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, peço que acrescente o tempo da Liderança.

É muito importante a data de hoje, que é o Dia do Servidor Público, na qual todos nós estamos fazendo referência a eles, elogiando o seu trabalho. Eles se dedicam a um Brasil maior, a um Brasil melhor, com foco no bem comum do povo brasileiro. É esse o contexto que nós temos que enaltecer na data de hoje. Em toda a nossa estrutura, quer seja no Município, quer seja no Estado, quer seja na União, o servidor público tem um papel fundamental para o nosso País.

Dentro desse mesmo foco, os servidores públicos, eu gostaria de salientar a importância daqueles que ensinam, os professores, daqueles que labutam na educação. Os servidores públicos da educação são os transformadores da nossa sociedade. A eles nós devemos dar todo o nosso apoio, já que a própria Constituição prevê que a educação é um direito da criança e um dever do Estado e da família, e esse foco é cumprido pelos professores e por todos os que labutam na educação.

Neste período de pandemia, dentre os servidores públicos, eu não poderia me isentar de falar dos profissionais de saúde, que atuam no nosso sistema de saúde, o SUS, uma referência para todos nós.

O SUS é o maior sistema de saúde que nós temos. Dentro deste

sistema, o funcionário público começa na UBS, passa pelas unidades de pronto-atendimento e chega aos hospitais regionais. Este conforto, que o cidadão merece, é propiciado pelo profissional de saúde, que é fundamental.

Dentro deste nosso contexto, também não poderia deixar de me referir aos funcionários públicos vinculados à área da segurança, fator primordial para um país, para uma cidade, para as atividades. E esta segurança é mais importante no contexto da cidade.

São os profissionais de educação, de saúde, de segurança e os demais funcionários do Município que propiciam qualidade de vida ao cidadão. São eles, políticos, prefeitos e vereadores, os funcionários públicos que propiciam qualidade de vida aos nossos cidadãos, o que é fundamental.

Nesta oportunidade, gostaria de parabenizar o Deputado Bibó Nunes pela iniciativa da proposta que estamos votando neste momento, a qual isenta as entidades filantrópicas de encargos, de modo que tenham mais recursos para destinar ao doente, àqueles que precisam de atendimento.

Não poderia deixar de ressaltar a importância do Deputado Antônio Brito na construção da proposta, que parecia muito difícil, e realmente era: propiciar uma isenção e ter a concordância de todos os setores, em especial, do próprio Governo, que tem todo um vínculo com a parte financeira do Estado.

Parabéns, Deputado Antônio Brito!

Parabéns, Deputado Bibó Nunes, pela ideia, que vai contribuir para todo cidadão brasileiro, porque as entidades filantrópicas executam um papel fundamental para a nossa sociedade!

Nesta quinta-feira em que votamos importantes projetos, como o que trata do manejo do fogo para controle das queimadas, em que votamos vários PDLs, eu não poderia deixar de usar esta tribuna para ajudar a aprovar este projeto de lei que vai beneficiar todos os cidadãos, em especial o cidadão mais humilde, que necessita das atividades das entidades filantrópicas para obter conforto.

Esta é uma quinta-feira muito positiva, muito adequada, que veio propiciar, no Dia do Funcionário Público, a aprovação de um projeto de lei significativo para a nossa sociedade.

Mais uma vez, quero elogiar o Deputado Bibó Nunes, agora presente no plenário, pela iniciativa, que contribuirá muito para o bem comum do

povo brasileiro.

Presidente, agradeço-lhe toda a atenção.

E não poderia perder a oportunidade, nestes minutos finais, de abordar um tema do qual nós estamos falando muito ultimamente, que é a reforma tributária.

Eu insisto, mais uma vez, em que a reforma tributária que envolve imposto único é a melhor alternativa para o nosso País. Um imposto sobre movimentação financeira de 2,5% no crédito e no débito permite acabar com 15 impostos e, inclusive, acabar com a nota fiscal. E os recursos arrecadados são distribuídos na mesma hora, de acordo com o pacto federativo: 30% vão para União, 30% vão para os Estados, 30% vão para os Municípios e 10% vão para o Congresso, a fim de serem destinados às políticas regionais de combate às desigualdades que nós temos no nosso País.

Completando esses dois pilares básicos - a movimentação financeira e a distribuição imediata -, há mais dois fatores importantes. Primeiro, determinar, como ocorre na União Europeia, que as compras de valores superiores a mil euros - no nosso caso, mil reais - só se deem de forma eletrônica, o que lhes dá transparência. Segundo, acabar com as notas de maior valor, como as de 200 reais, 100 reais e 50 reais. Isso dá *compliance*, isso dá transparência a todos os aspectos das transações e combate a corrupção.

Muito obrigado, Presidente, pela oportunidade.

Felicidades a todos os que participam da apreciação deste importante projeto de lei!

Muito obrigado.